

**A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO-MÃO EM *O PESO DO PÁSSARO MORTO*,
DE ALINE BEI**

Eixo Temático 08 - Corpos que Gestam, Maternidade, Assistência à Saúde Materna e Violência. Narrativas Literárias, Ética e Bioética nos Cuidados em Saúde; Movimentos Sociais e Relatos de Experiência

Ariane Avila Neto de Farias¹

RESUMO

O presente trabalho visa refletir acerca da construção da subjetividade do sujeito-mãe na obra *O peso do pássaro morto* (2017), de Aline Bei. Ao lado do cuidado dedicado ao casamento e ao lar, foi instituído às mulheres que a sua plena felicidade só seria atingida pelo cumprimento do dever de gerar prole ao marido. Junto a essa obrigação, inúmeras foram as normas impostas à mãe, como a abnegação cega e o amor incondicional aos filhos. Entende-se que há na literatura brasileira contemporânea escrita por mulheres uma forte tendência a ressignificar esses valores. Nesse sentido, percebe-se que a narrativa de Bei (2017) rompe com o paradigma da boa mãe até vigente. Para essa discussão, parte-se das contribuições de Nancy Chodorow (1978), Ariane Farias (2021), Elizabeth Badinter (1980) e Adrienne Rich (1986).

Palavras-chave: Maternidade, literatura brasileira contemporânea, sujeito-mãe.

INTRODUÇÃO

A história da literatura nos mostra que a maternidade, entre os séculos XIX e início do XX, é tema que, quando não era silenciado, reflexo do total descaso social diante do tópico, era representado de maneira unívoca. Ao retratar um único modo de ser da mulher-mãe, as linhas literárias apresentavam a maternidade da forma como ela

¹ Doutora em Letras, área de concentração em História da Literatura. Docente do Instituto Federal Farroupilha, *campus* Frederico Westphalen, ariane.farias@iffarroupilha.edu.br.

era socialmente aceita, delimitada pelos padrões patriarcais e, conseqüentemente, em preceitos religiosos.

É a partir de meados do século XX, que o debate acerca do fazer materno far-se-á ainda mais presente na literatura brasileira, dando destaque aos textos de autoria feminina. Autoras, como Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles, ao darem voz ao sujeito-mãe, atentam para o fato de que o “fazer-se mãe” constitui-se em um constante processo de encontros e desencontros consigo mesma, assim como, é um exercício que se estabelece nas relações vivenciadas por essas mulheres em toda a sua pluralidade. Essas produções, ao destacarem o sujeito-mãe, assinalaram a situação de que o amor entre mães e filhos não seria sentimento inato, mas, em construção como afirmado pela teórica Elisabeth Badinter (1986).

Na trilha das autoras anteriormente citadas, são muitas as escritoras brasileiras contemporâneas que, em suas obras, dão destaque ao sujeito-mãe. Essas colocam a personagem mãe como protagonista e narradora de sua história, de forma a que se tem acesso ao mais profundo inconsciente do sujeito-mãe. Nesse viés, essas narrativas exprimem um fazer materno em contínuo desenvolvimento, visibilizando a pluralidade do sujeito-mãe e, assim, expressando novas formas de maternas. Elas também viabilizam um debate sobre as dores e as marcas infligidas na subjetividade feminina pelas imposições comportamentais, modeladas pelo patriarcado, às mulheres-mães (FARIAS, 2021).

Isto posto, o presente trabalho objetiva refletir acerca do modo como o sujeito-mãe é representado na obra *O peso do pássaro morto* (2017), Aline Bei.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para a realização da presente análise, as contribuições teóricas de Nancy Chodorow (1978), Elisabeth Badinter (1980)1980 e Adrienne Rich (1986) foram importantes para a discussão de como os moldes à que a maternidade foi sujeitada ao longo da história, que colocaram a realização dessa como uma atividade compulsória e instituíram conceitos como o de “boa mãe” em oposição ao de “mãe má/mãe ruim”, se refletem na constituição da mulher-mãe na obra de Bei (2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

O discurso da maternidade como ato natural ao feminino se faz presente na sociedade ocidental há bastante tempo. De acordo com a teórica Elisabeth Badinter, em *O mito do amor materno* (1985[1980]), é no século XVIII² que realizou-se uma substancial mudança na compreensão acerca do vínculo entre a mulher e o fazer materno. Em atendimento aos interesses do patriarcado, à época a maternidade foi reconfigurada tendo em vista os moldes de uma instituição que precisava responder às demandas de um capitalismo sedento pelo necessário crescimento de mãe-de-obra³. Resumidas à sua fisiologia, as mulheres veem agora na maternidade um de seus deveres, que é tanto uma obrigação social quanto um compromisso frente ao seu marido, que verá nos filhos a possibilidade de continuação do nome da família.

Adrienne Rich (1986) postula que para a sustentação da maternidade como dever das mulheres, o patriarcado estabeleceu inúmeras práticas de cerceamento das experiências femininas de modo a designar essa instituição⁴, ao lado da realização do papel de esposa, como uma vocação (BEAUVOIR, 2009[1949]), como uma situação posta como “natural” a esses sujeitos. Nesse sentido, à mulher, desde a sua mais tenra idade, afirma-se “que ela é feita para gerar e cantar-lhe o esplendor da maternidade; os inconvenientes de sua condição [...] é justificado por esse maravilhoso privilégio de pôr filhos no mundo” (BEAUVOIR, 2009, p. 654).

Todavia, há fronteiras bem delimitadas pelo discurso patriarcal no que tange ao desempenho dessa mulher-mãe; à ela é reservado um única maternidade possível, um padrão que se desenhou a partir da figura da Virgem Maria, exemplo de dedicação ao filho. Dessa maneira, a mulher para ocupar o lugar idealizado para o sujeito-mãe deve, então, cumprir todas as funções atreladas ao ideal de “boa mãe”⁵. Assim, ao lado da

² É importante salientar que a autora não afirma que a noção acerca do amor materno nasce no século XVIII, mas sim que as modificações socioculturais que aconteciam à época, manejadas pelos sujeitos no poder, instituíram a maternidade como um dever das mulheres. A atividade de cuidado com os filhos, sendo considerada exercício exclusivo do feminino, serviu como mais um artifício de restrição desses sujeitos ao espaço doméstico/privado.

³ A autora aponta que, anterior a essa resignificação da maternidade, havia um alto índice de mortalidade infantil, fato nada valioso para o sistema capitalista, uma organização econômica que precisa de um alto número de mão de obra assalariada para a manutenção do grupo dominante no poder.

⁴ No presente trabalho, a referência à maternidade como instituição parte dos apontamentos da teórica Adrienne Rich que sublinha esse fazer como modo de manutenção das mulheres sob o poder do masculino. Os homens colocam a maternidade como compulsória de forma a garantir um corpo dominado.

⁵ Em oposição à figura da boa-mãe tem-se a da maternidade ruim (mãe má). Nesse grupo estão as mulheres que concretizam a maternidade fora dos padrões impostos pela moral do patriarcado: mulheres

dedicação aos filhos, cabe ainda citar a abnegação materna, já que há uma necessária renúncia das vontades da mulher diante dos desejos e o futuros de seus filhos. Incluídas nessas imposições também estão o casamento tradicional, tendo em vista que a “boa mãe” é aquela que está em matrimônio com um homem e a dedicação ao espaço privado, em nome da construção de um lar feliz e “saudável”.

Todavia, desde a segunda onda do movimento das mulheres, a concepção de “natureza materna”, maternidade compulsória, coexiste com teorias que possibilitam questionar os padrões impostos, estabelecendo uma (re)leitura dessa instituição.

De acordo com Ariane Farias (2021), o *status* materno já nas discussões traçadas pelas feministas da primeira onda⁶ alçou significativas mudanças, tendo em vista as reivindicações realizadas por essas mulheres que puderam ser tomadas como porta de entrada para a revisão dos conceitos envolvidos no fazer materno e a compreensão de que, como constructo sociocultural, esse poderia ser ressignificado de acordo com os contextos em que estivesse inserido, levando em consideração os saberes e as experiências sociais a ele vinculados.

Ao denunciar a utilização ideológica da teoria psicanalítica que percebe a mãe apenas como objeto do qual o filho precisa se distanciar em seu processo de constituição de identidade (RICH, 1986), os diferentes feminismos da segunda onda buscaram trabalhar sob a égide da desconstrução da ideia de essência feminina-materna, reafirmando a pluralidade das mulheres e expondo que a capacidade e a habilidade da figura feminina para a maternagem acaba, pelos mecanismos de gênero, sendo internalizada em sua estrutura psíquica (CHODOROW, 1978).

Na atualidade, os movimentos feministas vêm travando debates maiores sobre a maternidade e o sujeito-mãe. A diversidade volta ao centro das conversas em toda a sua multiplicidade e, agora, atrelada a outras dimensões das discussões femininas como as de classe, raça e sexualidade.

novas ópticas sobre os papéis de gênero dão a possibilidade para abertura de um diálogo aberto entre feminismos, agora com uma maior atenção à noção da mulher-sujeito, e às ciências humanas e sociais, que ajuda na percepção da maternidade

com filhos fora de casamento, mulheres que não dedicam-se à criação dos filhos, mulheres que questionam os parâmetros a ela dados para a realização materna.

⁶ Sabe-se que o tema maternidade não era central em suas reivindicações e lutas, muito por causa do desconhecimento perpetuado em todas as esferas sociais e do decorrente desconforto do movimento da luta das mulheres frente a sua total vulnerabilidade e falta de controle atribuídos à maternidade.

tanto em seus aspectos íntimos e individuais como em seu alcance político, referendando a ideia de que a reprodução humana não é um fato atemporal, mas aspecto que deve ser pensado a partir do momento histórico em que está inserido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O peso do pássaro morto (2017), da escritora paulista Aline Bei, coloca em destaque ao sujeito-mãe. Não há uma apresentação formal dessa personagem e durante toda a narrativa não se sabe o seu nome. Assim, Bei (2018) deixa claro que a biografia dessa mulher poderia ser de muitas outras, mães e trabalhadoras brasileiras que têm seus desejos esmagados pelo patriarcado.

Essa narradora-personagem é um feminino construído sob a égide da perda e da solidão, como ela mesma afirma ao responder a pergunta do amigo curandeiro de sua mãe, logo após perder sua melhor amiga aos oito anos de idade: “— e você tá se sentindo como?/ — Sozinha.” (BEI, 2017, p. 22). Entretanto, em sua narração, ela confessa para além dos sonhos abdicados, das mágoas e dos acontecimentos não revelados às pessoas de sua convivência, a vontade de não ser resumida à dor sob a qual foi construída; reerguer-se faz-se situação necessária a cada nova perda em sua vida.

É na adolescência que a personagem viverá uma das maiores dores a ela imposta, um sofrimento que a acompanhará por toda a vida, tanto pelas marcas deixadas pela vergonha quanto pelas decretadas pelo medo e culpa: ela é estuprada pelo ex-namorado, Pedro, aos dezessete anos de idade.

Desse crime, resultará uma gestação e uma maternidade não desejadas e, aos dezoito anos, essa mulher já precisa lidar com a carga da compulsoriedade dessa instituição: visão perceptível na fala que a personagem-narradora atribui à sua família ao descobrir a sua gravidez — “se foi mulher pra fazer vai ser mulher pra criar” (2017, p. 100). A personagem não conta à família sobre o estupro, o que, inegavelmente, evidencia olhar restrito dessas outras pessoas sobre o acontecimento que ocasionou a sua gestação, entretanto, a fala proferida sugere a forte responsabilização que à mulher é atrelada, desde os primeiros sinais da gravidez; ela não tem escolha sobre o seu corpo. Assim, depreende-se que ao levar a gestação ocasionada pela violação de seu corpo até o final, a personagem da narrativa de Bei (2017) personifica o discurso que dispõe a maternidade como um compromisso social (BEAUVOIR, 2009), um dever do feminino, independentemente da situação que a ela levou.

O nascimento de Lucas será situação de reforço dos sintomas psicológicos, comportamentais e físicos, por ela sentidos. A memória dessa mulher retorna constantemente, em todos os capítulos da narrativa, isto é, tanto no final de sua adolescência quanto já em idade adulta, ao evento ocorrido; além disso, o seu descontentamento com a vida e a perda do interesse em suas atividades podem ser igualmente entendidas como cicatrizes deixadas pela violação sofrida.

A personagem vive em um estado melancólico, marcado pelo sentimento de perdas que a maternidade lhe incumbiu; foram muitos os planos não vividos a partir do momento em que o papel de mãe (do filho de seu violador) lhe foi outorgado. As limitações impostas a esta mulher, a partir dos sacrifícios que a sociedade impõe ao sujeito-mãe, fortalecem as dissonâncias sentidas dentro de si mesma; sua vida adulta será marcada pela certeza de que ela não é feliz por ser quem é e nem mesmo por estar no lugar em que está: ela está presa. Em sua rotina, são poucos os momentos que ela encontra para passar com ela mesma e, quando os têm, ela acaba por adentrar ainda mais na ferida aberta de sua história pregressa, bem como em suas insatisfações. Enquanto mulher, a ela foi ensinado que em sua vida, como mulher-mãe, é imprescindível a prioridade do cuidado para com o seu filho.

As circunstâncias da relação com o filho são marcadas pela ambivalência; relação distante demarcada pela total falta de diálogo. Ela precisa lidar com a situação de não ter sido impedida de alcançar os seus objetivos na vida e com a impossibilidade de criar vínculos com o filho: a personagem compreende o seu afastamento do filho e reconhece os motivos que o ocasionam, mas ao mesmo tempo, há um conflito gerado pelo descaso de seu filho em relação a ela, compreende-se que muito desse sentimento é também originado pelo peso social e cultural que institui o afeto e o amor entre mãe e filho, noção a que as mulheres estão imersas desde pequenas.

Perto de sua morte, após a perda de seu cachorro Vento, que dá um novo sentido para a sua existência, Em sua dor, a mulher reflete sobre um plano para ser morta e postula que “se [...] decidir matar bebês com faca e fizer um/ plano bom ou/for rápida/eu mato/o tanto de bebês que couber no tempo antes de/ alguém me apunhalar as costas” (BEI, 2017, p. 157). Percebe-se que a maternidade compulsória aparece em sua fala de modo a reconhecer a dor infligida, não só a ela, mas ao feminino: ela sabe que só a perceberão quando na ação de um crime contra uma criança. “O homem faz/ alguma coisa, alguns homens fazem algumas/ coisas” (BEI, 2017, p. 157) assinala a

personagem antes de morrer engasgada em seu próprio vômito, enquanto sonha com o seu filho Lucas e tem a certeza de que “não ver/ alguém nunca mais por questões sentimentais/doía menos do que/não ver alguém nunca mais porque a pessoa deixou/de existir” (BEI, 2017, p. 158).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente trabalho, buscou-se demonstrar que há uma representação da maternidade e do sujeito-mãe que promove uma reflexão acerca dos padrões determinados a esses em o *O peso do pássaro morto* (2017), de Aline Bei. A personagem sem nome da narrativa

Reconhece-se que o debate sobre a maternidade não se esgota na análise aqui realizada, tendo em vista a relevância e amplitude dessa temática, que perpassa a constituição da subjetividade feminina. Nesse sentido, este trabalho foi produzido baseado na compreensão da importância do estudo incansável sobre um feminino desatrelado dos padrões que lhe foram historicamente impostos, o que possibilita que esse sujeito seja apresentado a partir de suas múltiplas faces e experiências.

Por fim, sabe-se que não se pode afirmar que todos os padrões impostos à mulher-mãe, sendo um deles a própria maternidade enquanto instituição compulsória e vinculada a mais alta expressão da feminilidade, foram refutados. Todavia, o debate empreendido em *O peso do pássaro morto* (2017) demonstra um caminho de possibilidades para a constituição de um feminino que, ao expor o peso de um fazer materno construído por um discurso patriarcal, considere variadas formas de expressão de sua subjetividade, sua sexualidade(s) e sua corporalidade.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno; tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Trad. Sérgio Milliet. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009[1949].
- BEI, Aline. O peso do pássaro morto. São Paulo: Editora Nós, Edith, 2017.



CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Rosa do Tempo LTDA, 1978.

FARIAS, Ariane Avila Neto de. “Nada é natural na natureza”: a construção narrativa do sujeito-mãe na literatura brasileira escrita por mulheres. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras: Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021.

RICH, Adrienne Cecile. *Of Woman Born: motherhood as experience and institution*. New York: W. W. Norton&Company, 1986.